

O TEMPO MORTO, UM OLHAR SOBRE O VALOR DO TEMPO COMO MOEDA DE BARGANHA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*A LOOK AT THE VALUE OF TIME AS A BARTERING
CURRENCY IN CONTEMPORARY SOCIETY*

Adriano França 

Universidade de Caxias do Sul
(PPGFil-UCS), Brasil
afranca@ucs.br

André Brayner 

Universidade de Caxias do Sul
(PPGFil-UCS), Brasil
abfaria1@ucs.br

Recebido: 21 Nov 2025

Aceito: 15 Jan 2026

Publicado: 17 Mar 2026

Autor para correspondência:

afranca@ucs.br



Resumo

este artigo analisa o conceito de tempo morto como categoria política e existencial na sociedade contemporânea. A partir do capítulo Zona de Espera, de Paulo Arantes, investiga-se como o tempo, transformado em recurso escasso e moeda de poder, estrutura novas formas de dominação e desigualdade, especialmente entre as classes trabalhadoras. O estudo considera o controle do tempo, na forma de espera e imobilização social, como dispositivo biopolítico e simbólico de punição. Por meio de leitura crítica e hermenêutica, articulando Arantes, Foucault e Flusser, discute-se a relação entre biopoder, presentismo e idolatria da imagem. Conclui-se que o tempo morto evidencia não apenas a suspensão da experiência,

mas também a negação da existência do sujeito contemporâneo, aprisionado entre aceleração tecnológica e paralisia social.

Palavras-chave: tempo; biopoder; presentismo; alienação; Paulo Arantes.

Abstract

this article analyzes the concept of dead time as a political and existential category in contemporary society. Based on the chapter Waiting Zone, by Paulo Arantes, the investigation focuses on how time, transformed into a scarce resource and currency of power, structures new forms of domination and inequality, especially among the working classes. The study considers time control, in the form of waiting and social immobilization, as a biopolitical and symbolic punishment device. Through

critical and hermeneutical reading, articulating Arantes, Foucault and Flusser, the relationship between biopower, presentism and image idolatry is discussed. The conclusion points out that dead time evidences not only the suspension of experience, but also the denial of existence of the contemporary subject, imprisoned between technological acceleration and social paralysis.

Keywords: time; biopower; presentism; alienation; Paulo Arantes.

Introdução

Vivemos em uma época em que o tempo se converteu em capital simbólico e econômico. Na sociedade da imediatez, o direito de dispor do próprio tempo tornou-se privilégio de poucos, enquanto a maioria experimenta o tempo como espera, adiamento e imobilidade. Essa desigualdade temporal não é apenas efeito da economia, mas expressão de um regime de poder que administra a vida e o movimento dos corpos, aquilo que Michel Foucault definiu como biopoder. Aos abastados, o poder de parar o tempo, as demais classes condenam-se peregrinar e serem punidas no que o filósofo brasileiro Paulo Arantes denomina como “Zona de Espera”.

Em sua obra *O novo tempo do mundo*, especialmente no capítulo “Zona de Espera”, Arantes descreve esse fenômeno como a experiência do tempo morto: uma forma de punição social que afeta aqueles privados da autonomia sobre o próprio ritmo de vida. Nessa leitura, o tempo deixa de ser mera medida cronológica para tornar-se instrumento de exclusão e disciplinamento. A partir de seu pensamento, podemos refletir filosoficamente sobre as complexidades que envolvem a experiência temporal, especialmente as nuances do conceito de “tempo morto” na zona punitiva da sociedade. Nessa digressão, o filósofo evidencia como a espera se converte em moeda de barganha e instrumento de controle nas engrenagens da máquina punitiva.

O tempo morto, para as pessoas das classes mais baixas, trabalhadores e operários, que vivem sob o jugo da espera, seja na fila para pegar um ônibus ou metrô, seja numa fila do SUS, seja, na penitenciária, aguardando um julgamento, ou mesmo esperando um benefício do INSS, tornou-se uma dimensão opressiva e desumanizadora, onde indivíduos são forçados a aguardar, muitas vezes indefinidamente, por vezes até, por um espaço na sociedade contemporânea, onde o tempo se tornou uma mercadoria valiosa, e as classes trabalhadoras frequentemente se veem no epicentro dessa transação desigual. O ditado comum da classe dominante de que “todos temos as mesmas 24h” é uma forma cruel e perversa de legitimar a desigualdade, aprofundando os abismos sociais entre trabalhadores.

A espera, ao ser transformada em moeda, impõe um ônus desproporcional sobre os ombros das classes mais vulneráveis. Aqueles que dependem do trabalho diário, das oportunidades imediatas e do acesso rápido a recursos essenciais são particularmente afetados. Para muitos, o tempo não é apenas uma medida cronológica, mas sim um fator crítico que molda suas vidas, oportunidades e aspirações.

Na falta de horizontes, apontada pelo autor, evidencia-se o quanto a sociedade contemporânea, em sua corrida incessante pelo progresso, negligencia as necessidades fundamentais das classes trabalhadoras. A exploração do tempo como

uma ferramenta de controle social revela como a espera torna-se uma forma de punição adicional para aqueles que já enfrentam desigualdades estruturais. O tempo morto na zona de espera, além de cruel, é também uma experiência que não está confinada apenas aos espaços punitivos. Ela se infiltra nas instituições, nas relações de trabalho e nas estruturas sociais, moldando a realidade de muitos que vivem à margem.

As zonas de espera que multiplicam tempo morto pelo mundo, imobilizando toda sorte de pessoas (a rigor, ex-pessoas) “em instância” pelos espaços liminares do planeta, são assim verdadeiros paraísos punitivos, ... (ARANTES, p.179, 2014)

Portanto, ao refletir sobre o valor do tempo na sociedade contemporânea, é crucial reconhecer como as classes trabalhadoras muitas vezes são submetidas a um tempo que não apenas se estende além do razoável, mas que é usado como uma ferramenta de subjugação. A transformação do tempo em moeda de barganha destaca a necessidade de uma reflexão coletiva sobre como as estruturas sociais e econômicas podem ser remodeladas para garantir uma distribuição mais equitativa do tempo, reconhecendo-o como um direito fundamental para todos.

O presente artigo investiga como o controle do tempo, na sociedade contemporânea, opera como dispositivo de poder e instrumento de desigualdade social. Parte-se da hipótese de que o tempo morto constitui uma das formas mais sutis de violência biopolítica, por meio da qual as classes menos favorecidas são mantidas em estado de espera, seja nas filas, nas prisões ou nas plataformas digitais, enquanto o capital e a elite aceleram. O objetivo é analisar o tempo como categoria filosófica e política, articulando a leitura de Arantes a reflexões de Michel Foucault, Hannah Arendt e Vilém Flusser, a fim de compreender como o biopoder, a banalidade do mal e a idolatria tecnológica configuram novas formas de sujeição. Busca-se, assim, compreender o tempo morto como sintoma do esvaziamento do horizonte existencial e político na era do presentismo.

Zona de Espera

“Zona de Espera, uma digressão sobre o tempo morto na zona punitiva contemporânea” é um capítulo do livro “O novo tempo do mundo”, obra escrita pelo filósofo Paulo Arantes que mergulha nas profundezas da realidade brasileira, especialmente focalizando o que o autor chama de “tempo morto” na zona punitiva da

sociedade. O livro propõe uma reflexão intensa sobre o sistema penal e as implicações que o tempo de espera, ou seja, o tempo entre a prisão e o julgamento, tem na vida dos indivíduos inseridos nesse contexto, mas Paulo Arantes vai muito além em sua reflexão, pois a partir de seus estudos podemos compreender o quanto estamos vivendo numa sociedade imediatista, em que o tempo é um bem vendável e mais do que isso, desejável. Como bem aponta:

Nos tempos que correm (sem trocadilho) a espera tornou-se uma punição porque imobiliza. E pelas mesmas razões — a saber, aceleração social máxima, conforme o aumento exponencial da velocidade de rotação do capital intensifica a exploração do trabalho, que por sua vez se fragmenta e dessocializa — (ARANTES, 2015, p. 27)

Dessa forma, a digressão sobre o “tempo morto” na zona punitiva revela a desumanização e a degradação do ser humano que ocorrem durante esse período, a espera se torna um instrumento de poder, uma ferramenta que desumaniza e fragiliza aqueles que estão submetidos a ela. O autor cita como exemplo, a experiência de indivíduos que, muitas vezes, são detidos sem uma condenação definitiva, ficando em um estado de suspense prolongado que afeta não apenas suas vidas, mas também suas perspectivas e esperanças.

Para Arantes (2015), agora detém os controles do mando quem se move e age com maior rapidez, quem mais “se aproxima do momentâneo do movimento”, citando Bauman ele afirma que, no lado oposto da equação contemporânea, “são as pessoas que não podem se mover tão rápido, e, de modo ainda mais claro, a categoria das pessoas que não podem deixar seu lugar quando quiserem, as que obedecem. E dessa forma, a dominação consiste, na visão do autor, em nossa própria capacidade de escapar, de nos desengajarmos, de estar ‘em outro lugar’, e no direito de decidir sobre a velocidade com que isso será feito, e ao mesmo tempo de destituir os que estão do lado dominado de sua capacidade de parar, ou de limitar seus movimentos ou ainda torná-los mais lentos.

Ao relacionar essa reflexão com a sociedade contemporânea, é possível observar como o valor do tempo tornou-se uma moeda de barganha em diferentes esferas da vida. As classes trabalhadoras, em particular, são frequentemente as mais afetadas por essa dinâmica, pois enfrentam jornadas exaustivas, pressões para cumprir prazos e a constante sensação de que o tempo é um recurso escasso. Como bem coloca Arantes:

Não espanta que o tempo, assim como os demais pré-requisitos elementares

da vida, como espaço, sossego, atenção etc. redescobertas ao término de seu périplo, tenha se tornado o mais importante dos ativos de luxo (ARANTES, 2015, p.29).

Não se pode deixar de reconhecer que o tempo, enquanto instrumento de punição, tem se convertido em mecanismo de aprisionamento dos sonhos e de achatamento do horizonte daqueles que se encontram nessa zona cinza de espera. Arantes vai enfatizar ainda que, essas zonas de esperas são como prisões submersas pela maré punitiva que nos fazem cada vez mais lentos, até a imobilidade total. Para ele, a grande espera de hoje é a da imobilidade forçada, necessariamente punitiva, pois estar proibido de mover-se é uma fonte inesgotável de dor, incapacidade e impotência.

Esse quadro dialoga com o diagnóstico de Achille Mbembe sobre o “brutalismo”: um regime que organiza o mundo por triagens de mobilidade, abrindo corredores de alta velocidade e circulação protegida para poucos, enquanto confina muitos a espaços de travamento e lentidão. Fronteiras, checkpoints, muros, controles securitários, algoritmos de triagem e regimes de vistos transformam a mobilidade em privilégio, e a imobilidade, em destino administrar (MBEMBE, 2020). Em termos práticos, o direito de ir e vir converte-se em capital, quem o detém atravessa filas e tempos; quem não o tem paga com espera. O efeito é o mesmo que Arantes descreve: a espera como penalidade, que despoja a pessoa de tempo e de mundo. Para ele, a grande espera de hoje é a da imobilidade forçada, necessariamente punitiva, pois estar proibido de mover-se é fonte inesgotável de dor, incapacidade e impotência. Aqui, Mbembe explicita as engrenagens espaciais e securitárias que sustentam a maré punitiva arantesiana: governar é, também, decidir quem acelera e quem é condenado a esperar.

Biopoder e controle da espera

Nesse contexto, podemos evocar Michel Foucault e sua obra “História da Sexualidade”, especialmente o capítulo sobre “Direito de Morte e Poder sobre a Vida”. Foucault (2020), discute como o poder de disciplinar que se manifesta na sociedade, destacando a forma como as instituições exercem controle sobre os corpos e as vidas dos indivíduos. A conexão com “Zona de Espera” surge na compreensão de que a espera na zona punitiva não é apenas um período temporal, mas uma expressão do poder disciplinar que molda e submete os corpos dos que estão nesse espaço. Aí fica claro que o poder exercido também está atrelado ao tempo morto

em que somos submetidos. Como bem descreve Arantes:

Num mundo globalizado pelo capital a única urgência é a espera. Porém uma espera muito específica do momento atual da mundialização: enquanto o capital flui, a força de trabalho das populações em peregrinação perpétua é compartimentada e comprimida por uma gama variada de coerções. A mais sutil e onipresente de todas elas, a espera, quer dizer, o disciplinamento pela espera. Ela rege inclusive toda uma técnica do corpo numa hora histórica em que outra vez as pessoas são imobilizadas em colunas por um, postas em seu lugar, em suma. (ARANTES, 2015, p.43)

É nítido o controle coercitivo em que somos constantemente obrigados a nos submeter, a espera dócil, porém impaciente, nos coloca numa zona cinzenta de incerteza e de constante agonia. Não é por acaso que doenças como depressão e ansiedade se tornam cada vez mais comuns. O direito de viver dignamente nos é tirado à medida que se impõe um controle sobre como usamos nosso próprio tempo.

Em sintonia com esse pensamento, podemos voltar um olhar mais atento sobre o conceito de biopoder que se refere ao controle exercido pelos Estados e instituições sobre a vida das populações. Foucault argumenta que, ao longo da história, houve uma mudança na forma como o poder é exercido, passando de um foco no soberano e no direito de matar para uma ênfase no controle sobre a vida das pessoas. Esse controle não está apenas centrado em questões de vida e morte físicas, mas também se estende aos aspectos biológicos, sociais e psicológicos das vidas individuais e coletivas.

A relação entre o direito de morte e o poder sobre a vida está intrinsecamente ligada à capacidade do Estado de regular e controlar os corpos e comportamentos das pessoas. Isso inclui não apenas a punição de atos considerados transgressores, mas também a gestão da saúde pública, da reprodução e da sexualidade. Foucault destaca como as sociedades modernas exercem controle sobre a população através de diversas práticas disciplinares, biopolíticas e tecnologias de poder.

Na sociedade contemporânea, a imediatividade das práticas de biopoder é evidente em várias dimensões. O avanço da tecnologia, a vigilância em massa, as políticas de saúde pública e a gestão dos corpos através de práticas médicas são exemplos de como o Estado e as instituições exercem controle sobre a vida das pessoas. Além disso, as desigualdades sociais têm um papel crucial nesse contexto.

As classes menos favorecidas muitas vezes são as mais afetadas por essas práticas de biopoder. A falta de acesso a cuidados de saúde adequados, a exposição a ambientes poluídos, a violência institucional e a discriminação são fatores que contri-

buem para a vulnerabilidade dessas populações. O direito de morte, nesse contexto, pode ser entendido não apenas como a capacidade de tirar a vida fisicamente, mas também como a privação sistemática de condições que garantam uma vida digna.

Portanto, a análise de Foucault (2020), sobre o biopoder na “História da Sexualidade” fornece uma lente crítica para entender como as estruturas de poder contemporâneas impactam as vidas das classes menos favorecidas. A imediatividade dessas práticas pode perpetuar e agravar as desigualdades existentes, destacando a importância de questionar e resistir a formas de controle que afetam negativamente a vida das pessoas.

Nessa direção, podemos destacar ainda as aulas de 24 e 31 de janeiro de 1973 em *A sociedade punitiva*, em que Foucault explicita o paralelismo histórico entre forma-salário e forma-prisão: a primeira compra tempo de vida (horas remuneradas convertidas em produção), enquanto a segunda cobra a pena em tempo de vida (dias, meses e anos “a cumprir”). Em ambos os casos, o poder captura, calcula e sanciona o tempo, instituindo uma moral temporal (pontualidade, produtividade) e técnicas de domesticação (turnos, metas, cronogramas).

À luz disso, o “tempo morto” de Arantes torna-se o verso punitivo dessa economia política do tempo: se o trabalho compra parcelas cronometradas de vida, a espera imposta confisca parcelas não pagas, tempo de fila, de triagem, de deslocamento, de “ficar à disposição”, convertendo-as em punição e controle; inclusive a prisão provisória e os longos tempos processuais funcionam como penas de facto. Em suma, governar é ordenar ritmos, acelerar uns, retardar outros, comprar e confiscar tempo, produzindo imobilização e achatamento do horizonte que, adiante, se articula ao presentismo e à idolatria da imagem.

A idolatria da imagem e o presentismo

Se Arantes descreve o encurtamento do horizonte do tempo, Flusser mostra o mecanismo que o consolida: a imagem técnica convertida em critério de realidade. Para Flusser, o homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens, cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas, para o autor, tal inversão da função das imagens é idolatria.

Essa idolatria não é apenas psicológica, mas técnica: aparelhos programam modos de ver e de mostrar, produzindo tecnoimagens que ocultam sua própria construção e se apresentam como evidências. É por isso que a dinâmica descrita por Arantes, o presentismo e o aparato voltado a “possuir o momento”, converge com

Flusser: a imagem valida o acontecido e o “eu”, convertendo a exposição em medida de existência. Quando a mediação imagética se torna a prova do real, o tempo é reorganizado em função da visibilidade (captura, edição, publicação, circulação), comprimindo o horizonte e reforçando a lógica da espera e da imobilização para quem não dispõe dos meios de produzir e sustentar essa presença contínua. Em suma, presentismo e idolatria da imagem se alimentam: quanto mais o presente exige ser mostrado, mais a imagem substitui a experiência e mais o tempo social se submete aos ritmos da exposição.

Dessa forma, a imagem como a concebemos hoje deixou de exercer sua função de ser vínculo afetivo do passado com o presente, ou mesmo de informar algo. Damos a ela outra função, a de validar nossas ações. Por meio da lente do aparato (celular), ela exerce um poder definitivo de autenticar quem somos e o papel que desempenhamos dentro da sociedade. Tal afirmação pode parecer de certo modo exagerada ou apocalíptica, todavia há que se entender que não estamos mais aqui falando de uma simples fotografia ou imagem que antes ficava guardada num álbum, mas de um conceito de mundo que traz em seu íntimo o gene de toda uma cultura informacional.

Partindo desse ponto, Flusser é profético ao tratar tal situação como alienação do homem em relação a seus próprios instrumentos. Na sua percepção, o homem se esquece do motivo pelo qual imagens são produzidas: servem de instrumentos para orientá-lo no mundo. Imaginação torna-se alucinação e o homem passa a ser incapaz de decifrar imagens, de reconstituir as dimensões abstraídas.

Quando voltamos nosso olhar para a atualidade percebemos que essa alienação por meio não só da imagem, mas de seus instrumentos tecnológicos vem acompanhando o homem, que deixa de ter autonomia para tornar-se escravo de suas próprias invenções. O smartphone, por exemplo, deixa de ser uma ferramenta e passa a ser uma extensão do homem, acumulando em si diversas funções e finalidades. Sem ele nós nos sentimos perdidos e emburrecidos. Isso porque mais uma vez, na busca incessante por acelerar o tempo, e ganhar tempo com isso, nos perdemos dentro dessa espiral que nos sufoca e nos prende, desse modo, nos utilizamos de aplicativos para pagar contas, comprar comida, passagens, entre outras coisas, no entanto, contraditoriamente, consumimos o pouco tempo de lazer que nos resta nas timelines e feeds infinitos, cuja curadoria algorítmica privilegia a exibição de vidas “perfeitas”, abundância temporal e mundos desejáveis.

O horizonte dos menos favorecidos foi achatado ao grau zero, e o que lhe restou foi assistir na tela fria do aparato uma vida que jamais vai ter, pois está preso numa infinita agonia e sofrimento ao ver seu tempo ser usurpado e ter que se

sujeitar a viver nessa zona de espera que no fundo sabe que jamais poderá sair. Para entendermos melhor o conceito e a importância do horizonte cito aqui a definição pontuada por Arantes:

A espera, ou a expectativa (Erwartung), é antes de tudo um horizonte, e como tal se afasta à medida que avançamos e assim se situa muito além de toda a experiência, articulada em contraponto como um campo presente do qual aquele horizonte projetivo se distancia à medida que a história ela mesma se temporaliza conforme se cristaliza por sua vez o sentimento moderno por excelência de que o tempo “vai para algum lugar” e por isso, desde então, a humanidade sempre espera por alguma coisa — (ARANTES, 2015, p.36)

Ou seja, o presente passa a concentrar toda a sobrecarga de expectativa dirigida noutras épocas ao futuro, tudo precisa ser instantâneo e imediato. E assim, ao eclipse do horizonte de expectativas à medida em que se comprime até seu grau zero a distância simbólica entre a espera e o vivido: nesse momento, quando ancoramos nossas esperas num campo de experiência restrita à proximidade de vida, o mundo desaparece como perspectiva, “E deixa de ser horizonte para se converter no núcleo duro das condições de possibilidade da experiência”. (ARANTES, 2015, p.37).

E gradativamente somos impelidos como dóreis cordeiros a aceitar uma vida sem perspectivas ou horizontes, confinados em zonas de esperas, castigados pelo tempo morto que nos sufoca e nos oprime, seja no trabalho, nas intermináveis filas ou esperas que nos sujeitamos diariamente. O tempo é moeda de barganha e desejo de todos, numa sociedade cada vez mais imediatista, compreender onde estamos e que papel desempenhamos nesse contexto é imprescindível.

Considerações Finais

Observa-se que a sociedade mudou, e com ela sua concepção de tempo e de modo de viver. A era da comunicação foi fundamental para firmar sobre os pilares da contemporaneidade o quanto a urgência e imediatez das coisas se faz presente, aliás o presentismo como bem pontuou Arantes é o que esmaga e encolhe o horizonte, e nos faz viver cada vez mais sem perspectiva de um amanhã.

Quando percebemos a angústia e ansiedade que essa zona de espera e o tempo morto gera em nossas vidas nos damos conta de quanto o tempo tornou-se moeda de barganha e privilégio de poucos. O direito a ele, bem como o direito a quem morre e a quem vive, está diretamente vinculado aos privilegiados que podem se dar ao luxo de

“gastar” seu tempo como bem quiserem e ainda usarem desse privilégio para vender nas redes sociais fórmulas “infalíveis” de como vencer na vida e consequentemente ter tempo para aproveitá-la ao máximo.

O sistema é tão cruel e manipulador que cria o problema e depois vende falsas soluções justamente para nos manter aprisionados sob seu jugo. Eis a banalidade do mal, ver o entregador de aplicativo trabalhar mais de 12 horas no sol e na chuva, sem nenhuma espécie de direito, e ainda ver isso como algo natural, sob o nome pomposo de empreendedorismo. Banalizamos o mal, naturalizamos situações abomináveis como se isso fosse parte comum de uma realidade que não temos força para contrariar. “Trabalhe enquanto eles dormem”, virou o mantra dos *coachs* vendedores de fórmulas mágicas de enriquecimento fácil. Enquanto somos obrigados a suportar e viver nessas zonas de esperas num tempo morto, castigados e subjugados, quem dispõe do privilégio de ter o tempo como seu aliado se aproveita disso como se esse tempo fosse direito apenas de poucos. Paulo Arantes alerta para uma realidade cada vez mais presente e constante na vida das classes menos privilegiadas: o tempo morto como punição para aqueles que não fazem parte de quem detém o poder sobre os outros.

Se faz mister refletir sobre o impacto que essa espera, a morte do tempo e o achatamento do horizonte causam em nossas vidas. Numa sociedade cada vez mais imediatista, barganhar o tempo é de uma maldade cruel, muito além de deter o controle dos corpos, controlar o tempo é deter inclusive do outro a possibilidade de existir, pessoas que esperam simplesmente não existem, ficam suspensas, nas zonas de esperas, aguardando o direito de poder ser reconhecido como alguém.

A sociedade contemporânea redefiniu a experiência do tempo. A aceleração tecnológica e a lógica do capital produziram uma nova forma de desigualdade: a gestão do tempo como privilégio. O tempo morto, conforme analisado por Paulo Arantes, revela uma dimensão biopolítica em que a espera e a imobilidade se tornam mecanismos de controle e punição. Dialogando com Foucault, Arendt e Flusser, compreende-se que o domínio sobre o tempo é também domínio sobre a vida e sobre o pensamento. Conclui-se que o tempo, transformado em moeda e instrumento de poder, constitui um dos mais profundos sintomas da alienação contemporânea. Refletir filosoficamente sobre o tempo morto é, portanto, uma forma de resistência: reconhecer que o direito ao tempo é o direito de existir plenamente.

Referências

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: as confissões da carne*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?* In: KANT, Immanuel. *Textos filosóficos escolhidos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.